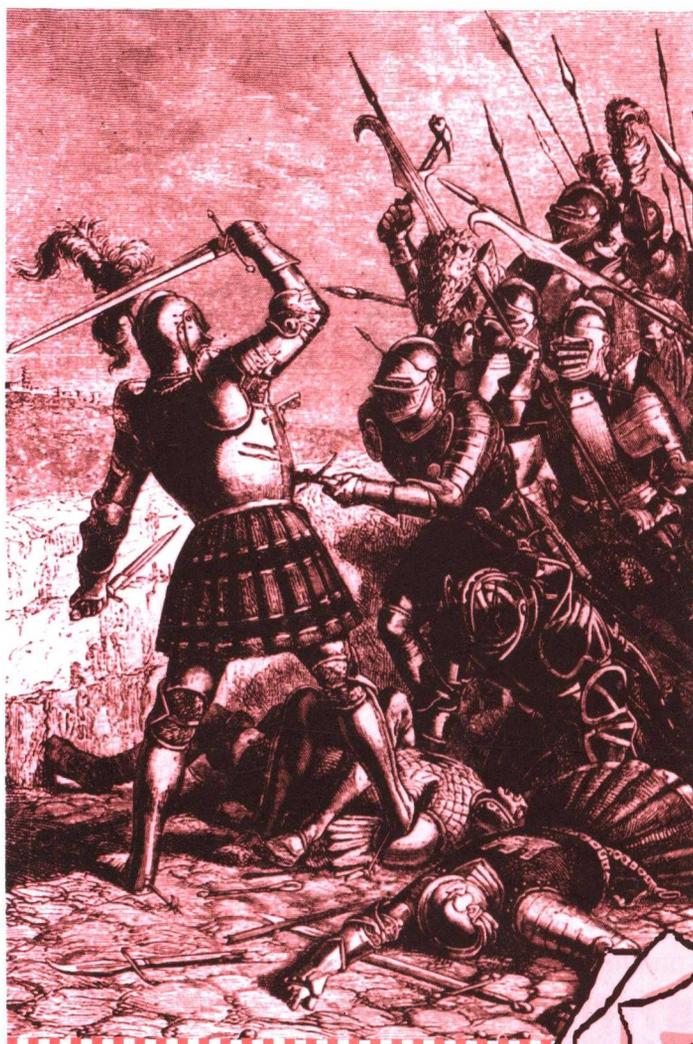


AGMP

Breves Notas

GOIÂNIA,
NOVEMBRO/99

FHC quer o subteto



Se alguém achava que o presidente Fernando Henrique Cardoso havia desistido de ver aprovado o subteto salarial, enganou-se. Agora, com o apoio quase que da totalidade dos governadores, o presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda constitucional nesse sentido. O objetivo é muito claro: implementar a política de achatamento salarial (como se o funcionalismo público já não sofresse disso há bastante tempo) e viabilizar o estabelecimento do teto nacional. A Associação Goiana do Ministério Público está atenta e, ao lado da Conamp, conseguiu que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovasse texto alternativo, que delega aos Poderes e ao Ministério Público a iniciativa da lei. A AGMP também está atenta à tramitação da reforma do Poder Judiciário, cujo relatório, da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), começou a ser votado. Confira tudo nas **páginas 2 e 3**

*Convênios
garantem
opções de
lazer para
associados*

Página 4

*AGMP tem sua
imunidade tributária
reconhecida pelo TJ*

Página 5

*Integrantes
do Ministério
Público
recebem
homenagem*

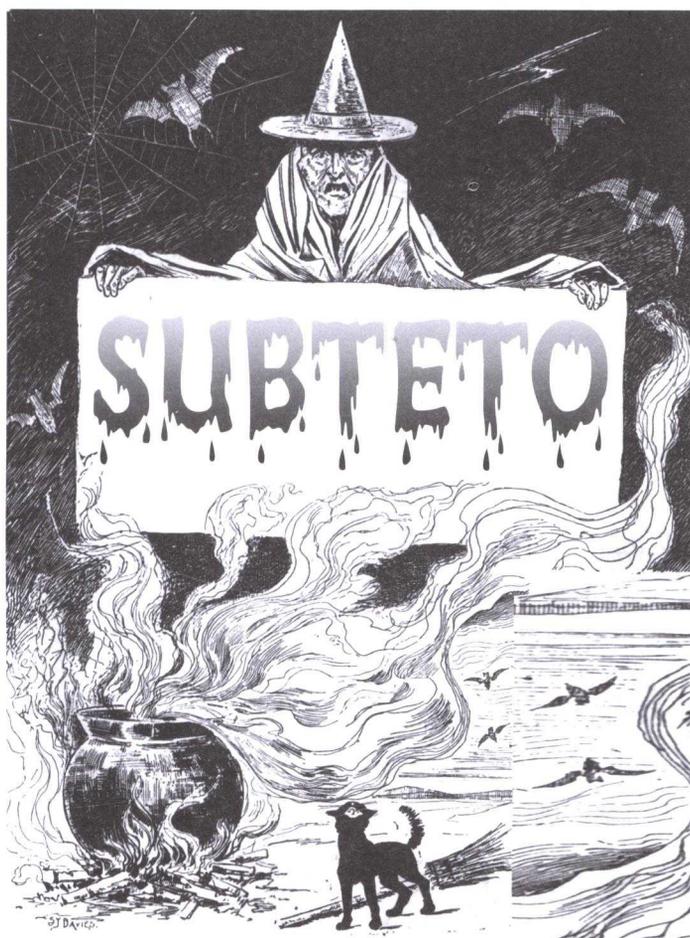
Página 6

EMENDA CONSTITUCIONAL

Governo volta a propor subteto para os Estados

O presidente Fernando Henrique Cardoso, aliado à quase totalidade dos governadores, não desistiu: enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda constitucional (PEC) que tem o objetivo de estabelecer o subteto salarial para Estados e Municípios. O significado dessa iniciativa não é outro se não o de dar a faca e o queijo para governadores e prefeitos promoverem achatamento salarial dos servidores públicos, incluindo o Ministério Público.

A proposta inicial, que foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados falava que lei dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fixaria o limite de remuneração, subsídios, proventos



e pensões. Em razão do trabalho desenvolvido pela Confederação Nacional do Ministério Público (Conamp), proposta nesse sen-

tido já havia sido rejeitada pelos parlamentares quando da tramitação, no Congresso Nacional, da reforma administrativa.

Agora, a Associação Goiana do Ministério Público, integrante da Comissão de Acompanhamento Legislativo da Conamp, tem trabalhado pela derrubada da nova investida do governo federal, pois sabe que o objetivo de nossos governantes é realmente promover o achatamento dos já defasados salários do funcionalismo público. Por enquanto, conseguimos uma vitória, com o novo texto dado pelo relator da PEC, deputado federal Darci Martins (PFL-TO), que admite o subteto salarial, mas remete a cada um dos Poderes e ao Ministério Público a iniciativa de lei nesse sentido. Estamos e continuaremos alertas. Confira, abaixo, a proposta do governo e o que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

PROPOSTA DO EXECUTIVO

PEC nº 137, de 1999

Estabelece limite para remuneração, subsídio, provento ou pensão aplicável aos três Poderes Públicos e ao Ministério Público

“Art. 37 – ...

§ 11. Lei dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado o inciso XII, poderá estabelecer limite para remuneração, subsídios, provento ou pensão em valor inferior ao previsto no inciso XI, compreendidas, em qualquer caso, todas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza.”

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

Estabelece limite para remuneração, subsídio, provento ou pensão aplicável aos três Poderes e ao Ministério Público

“Art. 1º – Os arts. 37 e 42 da Constituição Federal passam a vigorar acrescidos dos seguintes parágrafos:

‘Art. 37 – ...

§ 11 – Lei dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado o disposto no inciso XII e a **iniciativa privativa em cada caso**, poderá estabelecer limite para remuneração, subsídio, provento ou pensão em valor inferior ao previstos no inciso XI, **aplicável aos**

três Poderes e ao Ministério Público, compreendidas, em qualquer caso, todas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Art. 42 – ...

§ 3º – Aplica-se, aos militares, em atividade, inativos e seus pensionistas, dos Estados o disposto no & 11 do art. 37.’

Art. 2º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua aplicação.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em 3 de novembro de 1999.

Deputado Darci Coelho
Relator”

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Começa a votação do relatório de Zulaiê Cobra

A comissão especial instalada pela Câmara dos Deputados para analisar a proposta de reforma do Poder Judiciário já deu início à votação do relatório da deputada Zulaiê Cobra (PSDB/SP). Até agora, a grande maioria dos destaques apreciados foi rejeitada – portanto, restam aprovados os dispositivos que vão até o artigo 104 da Constituição, conforme a alteração proposta pela relatora, à exceção dos demais dispositivos destacados no parecer de Zulaiê, que por conta disso, estão pendentes.

A Associação Goiana do Ministério Público, integrante da Comissão de Acompanhamento Legislativo da Conamp, tem acompanhado de perto a votação da proposta de emenda constitucional de reforma do Judiciário e está lutando para evitar indesejados retrocessos. Em relação ao que já foi votado, merecem realce os seguintes destaques aprovados pela comissão:

- Derrubada da exigência de idade mínima de 25 anos para o ingresso na carreira da magistratura, mantendo a exigência do exercício de três anos de atividade privativa de



- bacharel em Direito;
- Manutenção da inamovibilidade para o juiz de Direito e membro do Ministério Público, suprimindo a vedação de recusa de promoção;
- Rejeição do voto direto para eleição dos órgãos diretivos de tribunal;
- Retirada da expressão 'culpa' do dispositivo que prevê a responsabilização dos juízes que causarem danos no exercício de suas funções;
- Queda da transação penal para as infrações que não sejam consideradas de menor potencial ofensivo;
- Rejeição do efeito vinculante das decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade;
- Negativa do aumento do número de ministros do Superior Tribunal de Justiça;
- Manutenção da gratificação eleitoral para a magistratura, com reflexo para o Ministério Público;
- Permanência do texto constitucional quanto ao controle externo exercido pelo Ministério Público.

A AGMP continua trabalhando para que, na reforma do Judiciário, prevaleça a manutenção das garantias e prerrogativas do Ministério Público e dos magistrados.

ANIVERSÁRIOS DE NOVEMBRO

- | | | | |
|--|--------------------|--|--------------------|
| 1º Vinícius Jacarandá Maciel | Rio Verde | | |
| 2 Luiz Fernando Ferreira de Abreu | Anápolis | 13 Cassius Marcellus de Freitas | Goiânia/Aposentada |
| Elaine Cristina Alves Pires | Nerópolis | 14 Ulysses de Oliveira C. Júnior | Jussara |
| 3 Luzia Vilela Ribeiro | Goiânia | 16 José Frauzino Pereira Sobrinho | Aposentado/Guapó |
| 4 Eduardo Abdon de Moura | Goiânia | Wagner Jerson Garcia | Aposentado |
| Paulo Faria Mendonça | Aposentado/Goiania | 18 Waldir Celestino Chaves | Goiania |
| 5 Isaac Benchimol Ferreira | Goiania | Eudes Leonardo Bomtempo | Goiania/Aposentado |
| Wânia Marçal de Medeiros | Aragarças | 19 Alvaro de Campos Rios | Edéia |
| 6 Cacildo Martins Ferreira | Goiania/Aposentado | 20 Lenir Pedrosa Soares Correia | Goiania/Aposentado |
| Marilda Helena dos Santos | Goiania | Roberto Corrêa | Goiania |
| 8 Cláudio Braga Lima | Varjão | 21 Meire Cristini Albanesi | Goiania |
| Maria de Fátima B. M. Guimarães | Goiania | 25 Carlos de Oliveira e Silva | Araçua |
| 9 Suelena Carneiro C. F. Jayme | Goianópolis | 26 Jorge Gabriel Moisés | Goiania/Aposentado |
| Tito Souza do Amaral | Goiania | 27 Allah de Santana Jardim | Goiania/Aposentado |
| 11 Liliam C. M. de A. Nogueira | Silvânia | 28 Luiz Eduardo Barros Ferreira | Aposentado |
| Nelma Branco Ferreira Perilo | Goiania | 29 Alice de Almeida Freire Barcelos | Pirenópolis |
| 12 Hélio Corrêa | Goiania/Aposentado | 30 José Milton Viana | Goiania |
| | | | Goiania/Aposentado |

Convênios da AGMP

Sugestões de convênios devem ser enviadas ao colega Paulo Sérgio Prata de Rezende

- **Odontóloga**
Tânia de Moura Almeida
Prótese dentária e implante osseointegrado
Av. Portugal nº 847, Setor Oeste.
Fone 285-3008
Desconto de 30% sobre a tabela de preços do especialista
- **Farmácia**
Drogada
Rua 2 nº 403, Setor Oeste. Fone 212-3639
Desconto mínimo de 15%
- Drogamarques – 24 horas**
Praça Tamandaré nº 266, Setor Oeste. Fone 223-1066
Desconto mínimo de 15%
- **Academia**
Swim Center
Rua T-38 nº 1.755, Setor Serrinha. Fone 255-7766
Desconto de 10%
- **Hotel**
Hotel Bandeirantes (★★★)
Av. Anhanguera nº 5.106, Centro, Goiânia.
Fone 212-0066
Desconto de 50% sobre a tarifa-balcão
- **Cislav**
Lavanderias
Rua T-37 e Av. T-9, St. Bueno, e 9ª Av., Vila Nova.
Desconto de 15%
(solicitar o desconto no momento em que deixar a roupa)
- **Pousada**
Quinta Santa Bárbara
Pirenópolis (GO) – Telefone (62) 331-1304.
Desconto de 15%
(basta apresentar a carteira de promotor/procurador)
- **Academia**
Pro-Corpo
Shopping Bougainville, Rua 3 – St. Oeste. 20% de desconto
- **Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmeço)**
Reservas: de segunda a sexta-feira, das 13h30 às 18 horas, pelo telefone (62) 225-3510
- **Pousadas São João Bosco – Caldas Novas**
- **Pousada Desembargador Celso Fleury — Nova Viçosa (BA)**
A tabela de preços é dividida em alta e baixa temporada
- **Associação dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Affego)**
■ **TERMAS CALDAS AFFEGO – CALDAS NOVAS**
Reservas: para o pessoal da capital, diretamente na sede da Affego (Rua 83 nº 312, Setor Sul; para o pessoal do interior, pelo fone (62) 224-2435, ramal 224
A tabela de preços é dividida em alta e baixa temporada
- **Associação Mineira do Ministério Público**
Utilização da Pousada de Cabralia em baixa temporada

Brevíssimas

MAIS LIVROS

A Biblioteca da AGMP recebeu este mês as seguintes obras:

- **Dicionário Bibliográfico de Goiás**, do colega Mário Ribeiro Martins
- **Revista do Ministério Público de Alagoas** – Edição especial
- **Revista do Ministério Público de Alagoas** – nº 1
- **Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia** – Vol. 6

OLHO VIVO

Durante o tempo em que a procuradora-geral de Justiça, Ivana Farina, e o presidente da Conamp, Achilles Siquara, comandavam, em Curitiba, painel no 13º Congresso Nacional do Ministério Público, o presidente da AGMP tomava conhecimento, por celular, do processo de votação do subteto salarial, que estava ocorrendo naquele momento na Câmara dos Deputados.

IPTU NUNCA MAIS

TJ reconhece imunidade tributária da AGMP

Enfim, foi julgado pelo Tribunal de Justiça o recurso em embargo de execução contra a Associação Goiana do Ministério Público, que confirmou a imunidade tributária da

AGMP como entidade classista. Com essa decisão, nossa Associação fica desobrigada do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que a Prefeitura de Goiânia insistia em cobrar desde 1996.

PRESENÇA FIRME

No 13º Congresso Nacional do MP, a bancada goiana fez bonito. Sem falar na brilhante participação da PGJ no painel sobre as reformas constitucionais, registramos aqui o trabalho desempenhado pelos colegas Daniel Pinhel (que presidiu o grupo de trabalho setorial do Tribunal do Júri), Saulo de Castro Bezerra (presidiu e secretariou a comissão temática constitucional) e Fernando Braga Viggiano (secretariou a comissão temática criminal e teve influência em decisões importantes).

NOVOS, MAS...

Foi de admirar a ativa e constante participação dos promotores substitutos durante todas as discussões travadas no 13º Congresso Nacional do Ministério Público. A presença foi maciça até a plenária final.

DROGAS? TÔ FORA!

Por iniciativa da colega Sandra Garbelini, foi realizado, de 22 a 27 de outubro, em Montes Claros, a 1ª Semana Municipal de Prevenção e Drogas. O evento foi realizado em parceria com o Conselho de Segurança Pública Municipal e teve a participação do projeto Escola sem Drogas, da Polícia Civil.

HORA DO VOTO

Está marcada para o dia 14 de dezembro a eleição da nova diretoria da AGMP. Agende desde já esse dia e venha cumprir o seu dever como associado.

RETORNO

Depois de passar um ano na Inglaterra, onde cursou mestrado em Direitos Humanos, está de volta a Goiás a colega Tamara Andréia Rivera. As boas-vindas da AGMP.

Pah... buftm 

ALTINHOS

Como em todo congresso que se preze, também em Curitiba foi reservado um tempinho para as compras. Alguns colegas adoraram a visita feita a uma sapataria. Saíram de lá com um bom par de Samello que, digamos assim, faz a turma deixar de ser fã da Xuxa. Afinal, ganhar 5 cm não é nada mau!

ALTÕES

As noites de Curitiba foram inesquecíveis para muitos colegas. Nas madrugadas, depois de umas dosinhas aqui e dosonas ali, foi um de tal de crise de labirintite para tudo quanto é canto. O alívio vinha só na manhã seguinte, quando se chegava à conclusão de que o líquido não era paraguaio...

MAMMA, MIA!

Como tradicionalmente faz em todos os congressos nacionais da categoria, a AGMP ofereceu, à delegação goiana presente em Curitiba, um delicioso e suculento almoço na Cantina Família Faddanelli. A massa estava deliciosa e o carneiro assado, uma soberba. Tudo em clima de muita alegria e descontração.

ALIANÇA TROCADA

Os colegas Abrão Amisy Neto e Laudelina Angélica Campanholo decidiram, enfim, trocar as alianças de dedo. A cerimônia religiosa foi dia 22 de outubro, com tudo a que tem direito. E a festa? Pra brimo nenhum botar defeito.

CUPIDO VÔA

Foi no início deste mês de novembro a amarração do colega Flávio Cardoso com Virgínia. A cerimônia foi realizada em Goiandira, com direito a festa de arromba e tudo o mais.



CEGONHA

Os colegas Murilo e Meire já estão quase sem saliva de tanto babar. Tudo por conta da chegada de Otávio.

BAUZÃO LEGAL

As colegas Yara Alves Ferreira e Silva e Carla Fleury estão mais do que de parabéns pela organização dos ônibus que levaram a galera para o Congresso de Curitiba. A diretoria da AGMP agradece o empenho das duas companheiras, que conseguiram garantir ônibus confortáveis para a empreitada de ida e volta.



HOMENAGEM ¹

Muito mais do que justa a homenagem prestada pela Câmara de Goiânia aos promotores de justiça Yara Alves Ferreira e Silva, Marilda Helena dos Santos e João Gualberto. Em solenidade que contou a presença de vários colegas, os três receberam, dia 21 de outubro, o Título Honorífico Professor Colemar Natal e Silva.

HOMENAGEM ²

Na reunião conjunta do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça e da Confederação Nacional do Ministério Público, em Curitiba, Mozart Brum Silva foi homenageado pelo trabalho desempenhado em nome da AGMP na organização do Congresso Nacional da categoria.

HOMENAGEM ³

No dia 5 de novembro, em Mineiros, Câmara de Vereadores prestou homenagem à colega Marinete. Nesse dia, ela merecidamente recebeu o título de Cidadã Mineirense, fruto de muito trabalho em prol da sociedade daquele município.

Classificados

Temporada em Caldas Novas

Alugamos, com exclusividade para os colegas do Ministério Público, apartamentos de 2 quartos, no Condomínio Residencial Termas dos Buritis (próximo ao Fórum de Caldas Novas), com acomodações para até 8 pessoas, piscinas de água quente e fria, sauna, lanchonete, churrasqueira e quadra de esportes. Tratar diretamente com as proprietárias: Nélida Rocha (0xx62 241-8770) e Sandra Beatriz (0xx62 281-0489).

Serviço de despachante

Além do pessoal lotado em Goiânia, também os colegas do interior podem utilizar o Serviço de Despachante da AGMP: toda vez que precisar de qualquer providência de despachante na capital, basta comunicar a Associação.

Quer vender, alugar, trocar?

Este espaço continua aberto à participação de todos os associados. Basta enviar o texto de seu anúncio por fax ou e-mail para a AGMP.